

BRÁSILIA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2003
 Editor: Oswaldo Buarim Jr. // osvaldo.buarim@correioweb.com.br
 Subeditores: José Carlos Vieira e Leonardo Cavalcanti
 Coordenadora: Fernanda Nardelli // fernanda.nardelli@correioweb.com.br
 fax: 342-1155 e-mail: politica@correioweb.com.br
 Tels. 342-1104 • 342-1186

140

agentes participaram do arrastão feito pela PF na região central de São Paulo, que resultou na prisão de oito pessoas acusadas de integrar a suposta quadrilha de vendas de sentenças

181

linhas telefônicas foram monitoradas, com autorização judicial, durante a Operação Anaconda, que apreendeu 1 tonelada de documentos e US\$ 550 mil

ANATOMIA DE UM CRIME

O envolvimento de magistrados nos casos de corrupção segue uma fórmula própria de venda de sentenças. Juízes e desembargadores, como o último elo da quadrilha, são as figuras centrais do esquema. A decisão final sobre condenações e absolvições ou mesmo valores de indenizações é deles. Confira abaixo a estrutura básica dos grupos investigados pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

INTERMEDIÁRIO

Em todos os casos investigados é um advogado. É responsável por negociar com as duas partes, acusado e o juiz, o valor da propina. Usa o prestígio ou a intimidade com o magistrado para facilitar o andamento da venda de sentença

O CLIENTE

O primeiro personagem do esquema é o acusado de um crime ou mesmo uma pessoa ou empresa interessada em receber benefícios a partir de decisões judiciais. O beneficiado do esquema, no caso, pode ser um traficante de drogas de Ceilândia ou um megapresidente paulista

JUIZ

É a ponta do esquema. Responsável por dar o embasamento jurídico ao *habeas corpus* ou sentença. Em todos os casos, é bem relacionado e conhece advogados e policiais para montar o esquema. Pode servir para conceder os benefícios ou ser o agente principal do grupo investigado

BRAÇO ARMADO

É uma espécie de 3ª via da quadrilha. Além de servir como segurança dos integrantes do esquema, é responsável por achar ou chantagear possíveis clientes que compram sentenças. É formado, segundo as investigações, por ex-delegados federais, agentes ou policiais.

PRINCIPAIS PEÇAS DO ESQUEMA

A Operação Anaconda da PF investiga a participação de juízes, policiais, procuradores e empresários em esquema de venda de sentenças. Nove pessoas já foram presas. Conheça os principais envolvidos:

Epitácio Pessoa / AE



JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS, juiz da 4ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Paulo

■ Apontado pelo

Ministério Público como o mentor da organização, Rocha Mattos foi delegado da Polícia Federal, procurador da República e, em 1984, passou a ser juiz. Antes da Operação Anaconda, já havia sido investigado pelo Tribunal Regional Federal, no início dos anos 90, por tentativa de venda de sentença. Foi afastado por ter inocentado previamente o ex-governador Orestes Quêrcia das investigações sobre irregularidades na importação de equipamentos de Israel a preço superfaturado e na privatização da Vasp, mas voltou ao cargo. Teve a prisão preventiva decretada sob a acusação de formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato, prevaricação e corrupção passiva.

Marcos Fernandes - 11.12.00



CASEM MAZLOUM, juiz da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Paulo

■ Atuou no caso do desvio de R\$ 169 milhões do Fórum Trabalhista de São Paulo (TRT-SP). Condenou o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto por lavagem de dinheiro e tráfico de influência, mas absolveu o senador cassado Luiz Estevão. Agora, é denunciado pelo Ministério Público por formação de quadrilha, falsidade ideológica e interceptação ilegal de telefone. Não está preso.

ALI MAZLOUM, juiz federal da 7ª Vara Criminal de São Paulo

■ Irmão de Cazem, o juiz Ali Mazloum foi indicado no ano passado pelo desembargador Roberto Haddad para ser desembargador substituto do Tribunal Regional Federal, mas seu nome não foi aceito. Agora, é denunciado por formação de quadrilha, ameaça e abuso de poder. Não está preso. Em decisão polêmica, Ali Mazloum concedeu mandado de busca e apreensão no apartamento do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT) no início de 2002, dias depois de o petista ser assassinado.

JOSÉ AUGUSTO BELLINI, delegado da Polícia Federal de São Paulo

■ O delegado é outro apontado pelo Ministério Público como mentor do esquema. É responsável pelo setor de emissão de passaportes em São Paulo. Durante a década de 80, fez fama por dismantlar grupos de traficantes de droga. Era apontado como campeão na apreensão de cocaína. Apareceu nas conversas de Rocha Mattos gravadas pela PF e é denunciado por formação de quadrilha. Está preso. Apareceu recentemente em público, de cadeira de rodas, fralda geriátrica e com o braço na tóipia. Acompanhado de um médico, alegou não ter condições de saúde para depor na CPI da Pirataria e foi dispensado.

NORMA REGINA CUNHA, ex-auditora da Receita e ex-mulher do juiz Rocha Mattos

■ Em 1992, a CPI que investigava o processo de privatização da Vasp pediu a quebra sigilo fiscal de Norma Regina Cunha, assim como de Rocha Mattos, seu então marido, e de Alaide Quêrcia, mulher do então governador Orestes Quêrcia. É denunciada por formação de quadrilha e está presa. Os documentos do Ministério Público apontam Norma como laranja, receptora de uma parte dos bens obtidos no esquema.

OPERAÇÃO ANACONDA

PF concentra investigação sobre o magistrado. Ele é irmão do juiz Casem, também suspeito de participar da venda de sentenças

Chega a vez de Ali Mazloum

MATHEUS LEITÃO E
 FERNANDA NARDELLI
 DA EQUIPE DO CORREIO

Depois da prisão do juiz João Carlos da Rocha Mattos, apontado pela Polícia Federal e procuradores como o mentor do grupo de venda de sentenças judiciais em São Paulo, agora o foco da investigação está voltado para um segundo nome relacionado com a suposta corrupção: Ali Mazloum, o colega de toga de Rocha Mattos, também denunciado pelo Ministério Público por formação de quadrilha. O caso é investigado pela Operação Anaconda, da PF, e envolve três juízes federais, ex-delegados e agentes com o crime organizado.

Ali Mazloum é irmão do terceiro personagem do Judiciário relacionado com o "esquema paulista", Casem Mazloum. Ali, ao contrário do irmão mais velho,

teria sido menos cuidadoso e deixado mais rastros para o serviço de inteligência da PF. De acordo com policiais, a negociação entre o magistrado e o cliente, uma empresa interessada em se livrar de ação judicial, teria acontecido sem mediadores. Casem seria mais discreto, negociando sempre por meio de intermediário, informa a PF.

O primeiro ato da investigação terminou na última sexta-feira, com o fim da análise dos 1.300 quilos de documentos e equipamentos apreendidos. A documentação foi encaminhada à desembargadora Therezinha Cazereta, relatora do processo no Tribunal Regional Federal.

A investigação da Operação Anaconda aponta para uma fórmula de venda de sentenças seguida também em outros casos denunciados neste ano, como o do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), envolvendo dois

desembargadores. Além do magistrado, do intermediário (advogado) e do cliente, o esquema conta também com um braço armado, formado por policiais.

Megaempresários

A operação revela, preliminarmente, em uma só teia, um magistrado, ajudado por um agente e delegado para vender sentença a megapresidentes paulistanos. No TJDF, uma sindicância descobriu um esquema similar de venda de liminares — dessa vez, para traficante de drogas. O desembargador Pedro Aurélio Rosa de Farias teria recebido, segundo o Ministério Público, cerca de R\$ 200 mil para conceder liminar favorável ao criminoso. Pedro Aurélio se aposentou para evitar processo administrativo, mas responde à ação penal no Superior Tribunal de Justiça.

O agente da PF César Herman Rodríguez, apontado como peça-

chave no suposto esquema, teria um patrimônio registrado de pelo menos R\$ 1,45 milhão. A PF acredita, porém, que sua riqueza pode ser o dobro desse valor.

A PF começa a cruzar a documentação apreendida em casas de câmbio, corretoras de valores e agências de viagens com o relatório da perícia feita em papéis encontrados em poder dos principais envolvidos no esquema. O objetivo é reforçar os indícios para pedir à Suíça, aos Estados Unidos, ao Uruguai, à França e às Ilhas Cayman a quebra de sigilo e bloqueio das contas suspeitas no exterior, que pertenceriam ao grupo denunciado pela PF. A Receita Federal iniciou uma auditoria nas declarações de rendimentos dos integrantes do esquema.

Nesta semana, o presidente Lula assina medida provisória criando formalmente o Departamento de Recuperação de Ativos, que está funcionando desde julho.